



**Município de Campo Bom  
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 107/2017, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017**

Colenda Câmara Municipal de Vereadores,  
Excelentíssimo Senhor Presidente,

Pelo presente, encaminhamos à sua apreciação, o presente Projeto de Lei, que Cria o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.

Os Fundos Públicos são mecanismos de descentralização do orçamento das entidades públicas que visam deixar explícita na peça orçamentária a destinação específica de recursos públicos para um determinado fim. Os Fundos têm como objetivo financiar projetos que atuem na garantia da promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. Os recursos são aplicados exclusivamente na área de criança e adolescente com monitoramento dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente.

A criação do Fundo foi prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 260.

Atualmente, o Município de Campo Bom não está apto a receber valores de doações através do Imposto de Renda, tendo em vista que não possui o referido fundo.

Os recursos captados pelo Fundo servem de complemento aos recursos orçamentários que, na forma da Lei (arts. 4º, caput e par. único, alínea “d”, 90, §2º e 100, par. único, inciso III, do ECA), devem ser canalizados para o atendimento da população infanto-juvenil com a mais absoluta prioridade. Embora a eventual inexistência de recursos no fundo municipal não impeça a implementação da política de atendimento à criança e ao adolescente, nem desobrigue o Poder Público do cumprimento de seus deveres legais e constitucionais para população infanto-juvenil local, a capitalização do fundo permite a ampliação dos programas, serviços e metas por eles atendidas, servindo assim para a melhoria da estrutura de atendimento existente.

Assim, encaminhamos o presente Projeto de Lei, requerendo sua aprovação.

Atenciosamente,

**LUCIANO LIBÓRIO BAPTISTA ORSI,**  
Prefeito Municipal.

Ao Senhor

Vereador MAXIMILIANO MESSIAS DE SOUZA

PRESIDENTE da Câmara Municipal de Vereadores

NESTA CIDADE



**Município de Campo Bom  
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**PROJETO DE LEI Nº 107/2017, de 27 de novembro de 2017.**

**cria o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.**

**DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

**Seção I  
Da Criação e Natureza do Fundo**

**Art. 1º** Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, indispensável a captação, repasse e aplicação dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento à criança e ao adolescente.

**Parágrafo Único.** O FUNDO fica subordinado ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, o qual, mediante ato administrativo, regulamentará sua administração, bem como a prestação de contas dos respectivos recursos.

**Seção II  
Da Competência do Fundo**

**Art. 2º** - Compete ao Fundo Municipal:

- I** - Registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferido em benefício das crianças e dos adolescentes;
- II** - Registrar os recursos captados pelo Município através de convênios ou por doação ao Fundo;
- III** - Manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito;
- IV** - Liberar os recursos a serem aplicados em benefício das crianças e dos adolescentes, nos termos das disposições legais;
- V** - Administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, segundo as resoluções do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

**Seção III  
Da Captação de Recurso**

**Art. 3º** – O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá as seguintes receitas:

- I** – Pela dotação consignada anualmente no orçamento municipal e as verbas adicionais que a Lei vier estabelecer no decurso de cada exercício;
- II** – Pela doação de pessoas físicas e jurídicas, conforme disposto no artigo 260, da Lei nº 8.069/90;
- III** – Os valores provenientes das multas previstas no artigo 214, da Lei nº 8.069/90, e oriundas das infrações descritas nos artigos 228, 258, 258-A, 258-B e 258-C do referido Estatuto, bem como eventualmente de condenações advindas de delitos enquadrados na Lei nº 9.099/95;
- IV** – As transferências de recursos financeiros oriundos dos Fundos Nacional e Estadual da Criança e do Adolescente;



**Município de Campo Bom  
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**V** – As doações, auxílios e contribuições, transferências de entidades nacionais, internacionais, governamentais e não governamentais;

**VI** – Dos produtos de aplicações financeiras dos recursos disponíveis, respeitada a legislação em vigor;

**VII** – Os recursos advindos de convênios, acordos e contratos firmados no Município e instituições privadas e públicas, nacionais e internacionais, federais, estaduais e municipais;

**VIII** – Outros recursos que porventura lhe forem destinados.

**§ 1º** - Nas hipóteses do inciso II deste artigo, tanto as pessoas físicas quanto as jurídicas poderão indicar a entidade ou projeto que desejam auxiliar com suas doações ao fundo, cabendo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estabelecer os requisitos e percentuais que serão repassados, via resolução.

**§ 2º** - As receitas descritas neste artigo, serão depositadas em conta específica do Fundo, mantida em instituição financeira oficial, instalada no Município.

**Seção IV  
Do Gerenciamento do Fundo Municipal**

**Art. 4º** – O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é vinculado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao qual cabe a função de geri-lo, bem como deliberar acerca dos critérios de utilização de suas receitas, consoante regulamentação constante de Decreto Municipal.

**§ 1º** – O Fundo é contabilmente administrado pelo Poder Executivo Municipal, que poderá regulamentar-se por Decreto Municipal.

**§ 2º** – O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deliberará quanto a destinação dos recursos, cabendo à administração adotar as providências para a liberação e controle dos recursos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis.

**Art. 5º** – O saldo positivo do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente apurado em balanço anual, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.

**Art. 6º** - Não poderão ser financiados pelo Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, projetos incompatíveis com a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**Art. 7º** – As disposições pertinentes ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente não enfocadas nesta Lei, serão regulamentadas por Decreto do Poder Executivo, ouvido o Conselho Municipal.

**Art. 8º** - No presente exercício, fica o Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial, no montante necessário para atender às despesas com a execução desta Lei.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data da respectiva publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO BOM, 27 de novembro de 2017.

**LUCIANO LIBÓRIO BAPTISTA ORSI,**  
Prefeito Municipal.